

Já não somos os campeões da rigidez laboral

A cada Governo do PSD (sozinho ou em coligação), o mercado torna-se mais flexível. E os Governos PS não reverterem as medidas



LUÍS AGUIAR-CONRARIA - PROFESSOR DE ECONOMIA DA UNIV. DO MINHO,
LFAGUIAR@EEG.UMINHO.PT

Imagine que, depois de arrendar um seu apartamento, era impossível mandar o inquilino embora. Arrendaria? Provavelmente não, ou cobraria uma renda altíssima. Imagine o oposto: o inquilino sem direitos, sujeito a sair de um mês para o outro.

Também não é razoável. A habitação é o nosso porto seguro e exige estabilidade. Reconhecendo que ambos os extremos são inaceitáveis, devemos procurar um ponto de equilíbrio onde os benefícios de maior (in)flexibilidade não ultrapassem os custos.

No mercado de trabalho podemos fazer um raciocínio similar. Seria razoável ter uma legislação tão rígida que fosse praticamente impossível despedir um trabalhador? Se assim fosse, qualquer empresa pesaria muito severamente os riscos antes de contratar alguém. Tal levaria a salários mais baixos e períodos de desemprego longos. Outras consequências seriam mais contratos a prazo, outsourcing, falsos recibos verdes, etc. Mas a grande maioria de nós também não aceita um mercado de trabalho tão flexível que uma pessoa corra permanentemente o risco de perder o emprego. O trabalho é essencial para o nosso bem-estar emocional, para nos sentirmos úteis e realizados. Tal não se compadece com uma legislação tão flexível que ficássemos sujeitos a quaisquer desmandos da nossa entidade patronal. Se aceitarmos que há prós e contras numa legislação mais flexível, podemos discutir seriamente o que será uma legislação equilibrada, em vez de diabolizar quem pensa

de forma diferente.

Em 1990, Portugal era o país da OCDE com a legislação laboral mais rígida (socorro-me do indicador da OCDE sobre proteção do emprego).

A diferença era tão grande em relação aos outros países que era ridícula. De lá para cá um padrão emerge. O indicador mostra que, a cada Governo do PSD (sozinho ou em coligação), o mercado laboral torna-se mais flexível. Igualmente interessante, os Governos socialistas não revertem as medidas dos Governos sociais-democratas. Dá a ideia de que ambos os partidos consideravam necessário reduzir a rigidez do mercado laboral, mas era o PSD que ficava com o ónus de o fazer.

O caminho para a flexibilização do mercado laboral tem sido feito lentamente, ou seja, sem grandes sobressaltos. A exceção foi durante o Governo de Passos Coelho. Entre 2011 e 2014, o índice de rigidez do mercado de trabalho caiu abruptamente. Neste momento ainda estamos acima da média da OCDE, mas a diferença já não é muito significativa — para quem gosta de estatística, estamos, dependendo do indicador, entre 0,5 e 1 desvio-padrão acima da média; em 1990 estávamos 2,5 acima.

Insisto no ponto anterior. Apesar de o Governo de Passos Coelho ter flexibilizado substancialmente o mercado laboral, a ‘geringonça’ que se lhe seguiu — bem como a meia ‘geringonça’ seguida de um Governo socialista de maioria absoluta — não reverteu as principais alterações. (As mudanças introduzidas com a Agenda do Trabalho Digno em 2023 foram pontuais e duvido que venham a ter impacto relevante no indicador da OCDE, que ainda não foi atualizado para refletir estas mudanças.) Por muito que a retórica alegue o contrário, as ações mostram que os socialistas ficaram satisfeitos com a reforma laboral dos tempos da troika.

É uma pena que o debate seja tão maniqueísta. Em vez de se insultar a ministra com a tontice da amamentação, seria bem melhor debater-se seriamente o pacote laboral

Cumprindo a tradição, o Governo de Montenegro está a ensaiar uma nova reforma para flexibilizar as relações laborais.

Mas, se até 2010 a nossa legislação era tão mais rígida do que a dos nossos parceiros que era fácil defender a necessidade de a flexibilizar, agora não é o caso. As reformas de 2011-13 surtiram efeito.

A taxa de desemprego passou de 17% em 2013 para 7% em 2018. De lá para cá, tem-se mantido entre os 6% e os 7%. Adicionalmente, nunca a população empregada foi tão alta como agora. E, nos últimos anos, os salários têm subido bastante acima da inflação. É verdade que a percentagem de trabalhadores com contratos a termo ainda é superior à média da OCDE, mas tem vindo a descer. Não considero nada óbvio que seja necessário aumentar a flexibilidade laboral.

É uma pena que o debate seja tão maniqueísta. Em vez de se insultar a ministra com a tontice da amamentação depois dos dois anos de idade — uma medida que

abrangerá menos de 0,5% da força de trabalho —, seria bem melhor debater-se seriamente o pacote laboral que está a ser proposto.